

do Senador Jâmio dos Santos Mendes e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Senadores Waldemar Rodrigues de Azevedo e Adolpho Pinto de Andrade, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São João além disso, responderam a chamada nominal, os seguintes Senadores: Acyr Silva da Rocha, Ulton Berra de Siqueiredo, Benildes de Azevedo, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Denilson Jardim, Félix da Costa Gomes, Jânio Inácio Elias, Joaquim Pacheco Filho, Marcos Valério Correia Sant'Anna, Osmar Sampaio da Silva, Orlando da Silva Berrão, Alfredo Santos Silva e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião, em nome de Deus não havendo Ata confeccionada para ser lida, nem Expediente, com como motivos imprevistos, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foi aprovado o Parecer Conjunto Favorável ao Projeto de Lei nº 18189, contendo Mensagem Executiva nº 09189. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus, para comtudo, mandou que se lavasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será encaminhada para que produza os seus efeitos legais.

Ata da Nona Reunião Ordinária,
do Primeiro Período Ordinário, do
ano de mil e novecentos e oitenta
e nove (1989), realizada no dia trinta
de março do ano em curso.

Os dezessete horas do dia trinta de março do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), pela presidência do Senador Jâmio dos Santos Mendes e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Senadores Waldemar Rodrigues de Azevedo e Adolpho Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São João além disso, responderam a chamada nominal, os seguintes Senadores: Acyr Silva da Rocha, Ulton Berra de Siqueiredo, Benildes de Azevedo, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Denilson Jardim, Félix da Costa Gomes, Jânio Inácio Elias, Joaquim Pacheco Filho, Marcos Valério Correia Sant'Anna, Osmar Sampaio da Silva, Orlando da Silva Berrão, Alfredo Santos Silva e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente reunião, em nome de Deus não havendo Ata confeccionada para ser lida, nem Expediente, com como motivos imprevistos, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foi aprovado o Parecer Conjunto Favorável ao Projeto de Lei nº 18189, contendo Mensagem Executiva nº 09189. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus, para comtudo, mandou que se lavasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será encaminhada para que produza os seus efeitos legais.

por Jardim Félix do Costa Gomes, José Inácio Elias, João Paulo Pacheco Fi-
 lho, Marcos Valério Correia Sant'anna, Orlando da Silva Pereira, Sumar
 Lampião da Silva, Alfredo Santos Silva e Wilmar Monteiro havendo
 número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente
 reunião em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as re-
 quisições Atas: Ata da Oitava Reunião Ordinária e Ata da Segunda Reu-
 nião Extraordinária, realizadas no dia vinte e oito de março do ano em
 curso. Em seguida, o Senhor Presidente, solicitou do Sr. Secretário, que
 fizesse a leitura do Expediente, constantes da Pauta do Ordem do Dia
 que compoem do seguinte: Requerimento nº 55189, de autoria do Senador
 Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, dispõe sobre pedido de informações
 ao Secretário Municipal de Serviços Públicos, Requerimento nº 64189 da
 faula do edil Marcos Valério Correia Sant'anna, solicita informações ao
 Senhor Prefeito Municipal, a respeito de maquinário adquirido para
 montagem da indústria de pré-moldados do Município, Requerimento
 nº 67189, de autoria do Senador Wolmar Rodrigues de Souza, convoca o
 Secretário Municipal de Obras para prestar esclarecimentos sobre as
 construções que estão sendo embargadas em nosso Município, Indica-
 ção nº 39189, de autoria do edil Orlando da Silva Pereira, solicita ao Senhor
 Prefeito Municipal, colocação de grades em bueiros na Rua Ercio Carffe e
 uma nova urbanização na rua de pedestres, Indicação nº 44189, do Pa-
 vimento do edil Bemildo Neto, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, ateno e
 diligência para o lugar denominado "Cerra Bragança", localizado no 3º Distri-
 to, Indicação nº 47189, de autoria do edil Carlos Roberto Albuquerque dos San-
 tos, solicita ao Senhor Prefeito Municipal que aumente o valor da pensão
 vitalícia concedida a viúva do sindicalista, Senhor Sebastião San para
 3 (três) pesos mensal de pensão, Requerimento nº 54189, de autoria do
 edil Wilmar Monteiro, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, planilha de
 preço das firmas Enca, Carneira e Fiat, Requerimento nº 65189, de men-
 te autor, convoca a Sra. Secretária Municipal de Administração,
 Educação e Cultura, para que em Pernambuco preste esclarecimentos
 relativos à sua Secretaria, Requerimento nº 66189, de autoria do Senador
 Orlando da Silva Pereira, solicita ao Senhor Governador do Estado, provi-
 dências no sentido de dar continuidade à obras de recuperação do Rederá
 Cabo São X. Anual de Cabo, Projeto de Lei nº 20189, contendo a renovação

Executiva nº 14189, visa conceder Bexão Vitálica ao Professor Caetano

Francisco de Oliveira, equivalente a 1,5 pivo nacional de habilitação e Requerimen-
to nº 20189, de autoria dos Vereadores da Câmara Municipal de Cabotubo, requere
nem urgência e dispensação única para o Projeto de Lei nº 20189, oriundo da
Memorandum Executiva nº 14189. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor
Presidente, transportou os trabalhos ao regimento dedicado aos Oradores
Imocultos. Fez uso da tribuna o Vereador Waldir Rodrigues de Macedo, ini-
ciando sua fala, disse que por uma questão de dignidade foi cumprido naque-
la oportunidade, reconhecer que havia se excedido, quando no calor do debate
da reunião anterior, havia criticado de maneira impropria a pensão im-
portante deo: impropria a pensão ligada a família do ex-Prefeito Alair
Corrêa, afirmando que fora este para cumprir com o que dele esperava a
comunidade cabotubense, e não para se ater a problemas pessoais ou re-
lativos, que nada levavam. Solicitou ao líder da Bancada do P.M.O.B,
Vereador Alex Berra, fosse o emissário do seu pedido de desculpas ao
ex-prefeito Alair Corrêa, observando, que no futuro nada o impedia de cob-
rar críticas que fossem verdadeiras ao pleno desenvolvimento do seu man-
dato de Vereador. Com relação a ob ridigom que fizera também na reunião
anterior, quanto ao pronunciamento do Vereador Bemildo Abeta, disse que fo-
ra mal interpretado, e que assim sendo ratificava sua solidariedade ao
crítico do representante do 3º Distrito, quanto ao despendício sofrido pelos
Vereadores, não do Prefeito, mas dos administradores de 2º e 3º escalões da
Municipalidade. Em aparte, o Vereador Wilmair Abenteiro, disse da grandeza
que considerava o gesto do Vereador Waldir Rodrigues de Macedo, por pedir
desculpas ao ex-Prefeito Alair Corrêa, afirmando que não era todo homem
público que tinha a dignidade do Vereador Waldir Macedo, que estando,
se redimia, pedindo de público suas excusas. Promoveu ainda disse que não
pretendia deixar de registrar o apoio recebido dos Vereadores Wilmair Abenteiro,
Alex Berra de Siquinêda e Acyr Silva de Roche, pelo apoio prestado, não
pelas suas palavras mas no cuidado de resguardarem sua imagem, e que
demonstrava confiança e credibilidade no trabalho que usava de resoluem-
do na Casa, e que felizmente a Câmara tinha três Vereadores dos mais ex-
perientes, que com certeza muito tinham a honra, muito mais pela comen-
tamento e pelo trabalho, encerrando a seguir sua fala a seguir, ocupou a
tribuna o Vereador Carlos Roberto Silva, iniciando sua fala, disse que o

Governo instalado no Município, utilizara como plataforma principal de campanha a transparência dos atos praticados, e que atenuava minha tentação, embora de forma um tanto ou quanto apaca, e que a Presidência da Casa, até então vinha trabalhando com a clareza desejada por todos, discutindo com todos os Vereadores posições a serem adotadas. Prosseguiu, disse que fora surpreendido com uma Portaria da Presidência, nomeando o Dr. Gildo Sabiano para exercer a função de Assessor Jurídico da Casa, afirmando que era um profissional correto e competente, mas, irmão de Vereador João Oscar Elias, e que assim sendo, a contratação não havia sido feita, e muito menos discutida com os Vereadores, confessando que não teria confiança, quanto a presença de solicitações a serem dirigidas ao Dr. Gildo Sabiano, indagando se e mesmo não tenderia para o lado do partido de Vereador João Oscar Elias, Considerou que a contratação deveria ser revista, re-pensada, no resguardo do comportamento democrático até então praticado pelo Presidente da Casa, Vereador Jânio dos Santos Mendes, encerrando a seguir sua fala. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Benedito Neto, iniciando sua fala, e após os cumprimentos dirigidos a si e ao Plenário e ao público presente, exortou a todos, para que imitados colaborassem com o desenvolvimento do Município. Logo após, disse que tanto o Presidente da Casa, Vereador Jânio dos Santos Mendes, como o 1º Secretário, Vereador Walmir Rodrigues de Azevedo eram merecedores de sua solidariedade, e de imediato afirmou que como Vereador de PFL, era um homem sem facetas, sempre pronto a colaborar para a solução dos mais significativos problemas da população, e que assim sendo, as siglas políticas representadas na Câmara poderiam contar sempre com o seu apoio, desde que, fosse no interesse maior do povo. Disse também, numa alusão ao seu discurso proferido em reunião anterior, que sua preocupação maior era o resguardo da imagem do Prefeito João Saldanha, na medida em que as expectativas do povo estavam depositadas no seu Governo, falando ainda de sua pessoa estariana pelo Chefe de Executivo Municipal, e que assim sendo, exigia do Secretariado respeito para com o povo cabufrense. Disse que, como representante do 3º Distrito, a exemplo do Prefeito João Saldanha, estava inteiramente dedicada a tarefa de negociar os juntos anseios do povo, peço que em hipótese alguma permitisse por omissão, fosse frustrado pela presença do que poderia chamar de

ativismo político-administrativo. Considerou que o clã político cabofriense, investido de mandato popular era devedor de povo, da mesma forma também devedor era o Prefeito Ivo Saldanha, restando o seu esforço para que a imagem do líder Ivo Saldanha fosse queimado perante a opinião pública, manifestando sua fé em Deus, na certeza de que o Governo Ivo Saldanha levaria o bom tempo na missão. Disse adiante, que com suas críticas não pretendia de forma alguma desrespeitar aos senhores secretários de Governo, mas que a situação em Itamanguinhos era difícil, dando como exemplo as áreas de Saúde e de Educação, com o Posto Médico sem profissionais, ou comparecendo nos dias que melhor lhes aprouverem, e professores que também não compareciam com desinteresse de outras, que mesmo sendo dedicadas não eram aproveitadas pela Secretaria de Educação, e que neste sentido já mantivera contatos com o vice-Prefeito, buscando uma solução para problemas que realmente afligiam a comunidade de Itamanguinhos. Em aparte, o Vereador Felix do Couto Gomes, disse que em levantamento verificado em Búzios, os Professores, ou melhor, Professoras, que se deslocavam de Cabo São, faziam-no a pé em treze ou quatorze dias por mês, o que dava uma idéia da gravidade da questão levantada pelo Vereador Benedito Mota. Manifestou seu protesto contra tal conjuntura, dizendo que em tal hora, quem nosria não era o Secretário, mas o Prefeito Ivo Saldanha, e que por questões de sentimento também se sentia afetado com tais problemas. Simbolizando disse que imerso com o digno Presidente João Mendes, estaria fazendo uma visita a Armazém dos Búzios, procurando assim resolver tais questionamentos, trazidos a colação naquela oportunidade por um imperativo emanado da população de 3º Distrito, encerrando seu discurso. Logo após, ocupou a tribuna o Vereador Gines Berra de Siqueiredo, iniciando sua fala, falou a atitude do Vereador Waldemar Rodrigues de Sáenz, quando desprovar do seu caráter pedira de público desculpas quanto ao seu pronunciamento envolvendo a administração do Senhor Olaf Corrião e um dos seus filhos, afirmando que levaria com muita alegria as desculpas ao ex-Prefeito. Quanto ao questionamento do Vereador Carlos Roberto Silva, quanto a nomeação do Sr. Gildo Sabiano para funcionar como Assessor Jurídico da Câmara, disse que muito embora o profissional sendo irmão do Vereador José Oscar Elias, as circunstâncias políticas, por conhecer o Sr. Gildo Sabiano, de forma alguma comprometeriam o desenvolvimento de suas atividades. Adiante, teve-se ao que considerava a extrema

desorganização do Governo Municipal, quando até mesmo Vereadores do P.E.L., como o Vereador Waldemar Rodrigues de Fozes de Melo, os Secretários disse: Bemildo Neto da Tribuna da Câmara manifestou-se indignado quanto ao comportamento de setores da Administração, e que era uma prova eloquente de que o Prefeito Ivo Saldanha ainda não convocara ninguém organizar os serviços primários da Prefeitura, citando como sério de comprometimento inclusive para seus correligionários, pois segundo depoimento do Vereador Bemildo Neto, os Secretários do Prefeito denunciaram os representantes do P.E.L. na Câmara. Preteridamente, disse que naquela reunião, o Vereador Bemildo Neto, disse que tudo já estava bem, que o Hospital já fora prestigiado pelo Vice-Prefeito e Secretariado de Saúde, mas que nobreza para que tal acontecimento fosse necessária a denúncia de Vereadores e cobrança preocupações junto ao Governo, e que na verdade eles conheciam o valor do voto do Vereador, e grande condutor da campanha vitoriosa do Prefeito Ivo Saldanha. Salvo sobre o Vice-Prefeito, disse que o mesmo nunca realizou nada em benefício da população e que ganhara uma Prefeitura por que o Dr. Ivo Saldanha quando o mesmo sofreu um acidente dirigindo um "bugre" man duras, e ainda, por que fora contratado numa loteria, tendo anexo dinheiro para gastar em campanha, o que não ocorrera com os Vereadores do P.E.L., que trabalharam duras, haviam se esforçado ao máximo e que anexo mesmo mereciam uma melhor consideração. Preteridamente, disse que o Secretário do Casa em tempo algum elaborara tantos requerimentos de informações, desde aumento do IPT.U. em mais de dois mil por cento, até a demissões arbitrárias, e que refletia a desorganização do Governo do Dr. Ivo Saldanha, que transparentemente nada demonstrava. Salvo a seguir das demissões, inclusive de professores que nem tinham merecido a atenção do ASPM ou do CEPE, mas pôde afirmar que a Justiça clamo mais uma vez provas inequívocas de grandeza, denotava por seus votos a zero, os Decretos do Prefeito Ivo Saldanha, e que muitos chefes de famílias tinham anexo seus direitos resguardados. Disse também, que seria provado que a secretaria de Educação não tinha condições de exercer tal cargo, visto que os professores concursados estavam sendo admitidos por contrato de trabalho, sendo claro, que profissionais demitidos voltariam a ocupar suas vagas, usurpadas pela violência dos Decretos do Prefeito Ivo Saldanha. Disse que

diamete de tanta irregularidade, tanto do Executivo, quanto da Secretaria de Educação e do Procurador Jurídico, perguntava o que venio feito dos professores aprovados no Concurso realizado pela Prefeitura. Piorregrinde disse, que um Prefeito ao assumir, deveria se preocupar apenas com o seu mandato, e não com o de antecessor, e que Olair Corrêa mesmo com o Prefeito João Romifácio admitindo nos seus meses que antecediam as eleições não demittira ninguém, acomodara, respeitara o ser humano que precisava trabalhar. Disse que a Câmara Municipal era a Casa da Justiça, e que se mais ficaria em sua cadeia, omnino, ante as injustiças que estavam sendo praticadas pelo Senhor Ivo Saldanha, levando o fome, o desespero e angustia a centenas de lares do Município. Falou também das pensões que haviam comittuido no Braga, pensões comprovadamente pobres, que pagavam aluguel e que estavam proibidas pela Prefeitura do Dr. Ivo Saldanha de completarem suas casas, mas que através de perquirições, e do conhecimento com muitas pensões, tomara conhecimento que um cidadão que inventara muito dinheiro na campanha do Dr. Ivo Saldanha, era proprietário de muitas lotes no Bairro Braga, mas admitindo que casas humildes ali fossem comittuidas, o que explicava com clareza que pobres comittuísem no Braga, e que considerava mais uma agressão, mais uma violência praticada contra o povo sabotierme. Abordou também o ressurgimento do Jornal AQUI, que após um longo tempo sem ser editado, aparece como sempre radical e, afirmando que o Vereador Givon Bessa era o agitador da Câmara. Piorregrinde disse que entendia a posição publicação, naturalmente tentando levantar a candidatura do Dr. Carlos Roberto Moqueiro a Prefeito, homem sério, vereador dedicado e profissional de méritos, mas, entendia que a publicação deveria ser mais equilibrada em seus conceitos, principalmente quando comentasse sobre Vereadores da Câmara, porque eram homens decentes, dedicados a causa pública. Ainda sobre o jornal "AQUI" disse que o mesmo era tendencioso no aspecto pessoal principalmente, e que na inexistência de pelo menos uma educada utilidade, tentara também de maneira pouco polida, deseducada até jogar o crador contra o Presidente da Casa, por questões que se perdiam nas simudências de uma mediocridade que preferia não mais comentar. Logo após, disse que o fundamento principal de seu discurso naquela tarde, era deixar patente, como forma de prestar e esclarecer a opinião pública, que os professores e funcio-

mários demitidos pelo Prefeito Alain Corrêa, em tempo, algum haviam recebido a notificação do CEP ou da ASPM, apenas porque, tais pessoas, servidores da Municipalidade deviam ser adeptos políticos do Prefeito Alain Corrêa, obrigatoriamente deviam além da perseguição do Prefeito eleito, sofrerem o desprezo de suas entidades e parentes. Encerrando sua fala, disse que o Prefeito Ivo Soldanha deveria proceder como o Senador Waldemir Rodrigues de Macena, pedir desculpas aos funcionários demitidos e revogar os decretos que haviam demitido milhares de servidores encerrando seu discurso. A seguir, ocupou o tribuna o Senador José Oscar Elias, iniciou sua fala, abordando o discurso do Senador Carlos Roberto Silva de PMDB, quanto a nomeação do seu irmão, Gildo Sabiano para ocupar a Assessoria Jurídica da Casa, afirmando que ao seu irmão devia tudo o que havia conseguido, na vida, até mesmo porque fora criado sem pai, mas que acima de tudo o seu irmão era um profissional digno, reconhecido como cidadão concreto na comunidade e que em tempo algum iria transgredir as normas éticas impostas pela Casa e pelo seu próprio sentido de respeito. Convidou o pronunciamento do Senador Carlos Roberto Silva exacerbado e precipitado quanto ao assunto. Em aparte, disse o Senador Carlos Roberto Silva que o orador compreendia que por ter sido ajudado por seu irmão, agora o recompensava dando-lhe emprego na Casa, mas que sobretudo sabia que o Dr. Gildo Sabiano era um profissional competente, mas que o orador não podia deixar de sentir, ou melhor, pretender que os demais Senadores pudessem ter no Dr. Gildo Sabiano a mesma confiança depositada pelo fato de ser irmão do mesmo e que, em algum momento da sede legislativa e luto fraternal iria pender para o Senador José Oscar Elias, e mais, que a honestidade era importante, mas que a mesma fosse transparente através da Casa, até porque os Senadores não haviam sido consultados e o Dr. Gildo Sabiano era um assessor para todos os Senadores. Prossequindo, disse o orador que o Dr. Gildo Sabiano poderia até cometer erros, mas profissionalmente, enfatizando que jamais o sentimento fraternal o levaria a cometer alguma leveza de forma a legislação passada, quando quase sempre os requerimentos de informação dirigidos ao então Prefeito Alain Corrêa não eram aprovados, de contrário do que acontecia atualmente na Casa, quando todos os pedidos de informações tinham o

total apoio da bancada majoritária do P.F.L. Quanto as críticas dirigidas pelo Senador Gires Berra de Siqueiredo ao Dr. Marcos, disse que era opinião pessoal do líder do P.M.D.B., por que na realidade o governo médico tinha valor, e méritos suficientes para se eleito Vice-Prefeito e exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, nada tendo a ver com o dinheiro que teria sido ganho na boteria, ou com a operação realizada no Dr. Ivo Saldanha. Em resposta, disse o orador Acyr Silva da Rocha, que o Senador Gires Berra de Siqueiredo situava muito bem a condição de profissional do Dr. Marcos, mas que politicamente nada fizera pelo Município, a ponto de ser escolhido como companheiro de chapa do Dr. Ivo Saldanha. Em resposta, disse o orador que pelo ângulo ferido pelo Senador Acyr Silva da Rocha, também o Vice-Prefeito de José Romilácio também nada fizera politicamente, da mesma forma como o Vice de Alain Corrêa, Evarado Rubel. Quanto a posição do Senador Gires Berra de Siqueiredo, também criticando ao Governo Ivo Saldanha, e para tal, usando até comentários críticos de Senadores do P.F.L., disse que enquanto era possível para a bancada governista cobrar com liberdade do seu Prefeito, o Senador Gires Berra de Siqueiredo na legislação passada jamais criticara o Governo Alain Corrêa e até mesmo porque não tinha condições moral para assumir tal posição. Falando sobre o problema dos Professores, quanto salarial lembrou que o Governo anterior, assumira o compromisso de pagar o plano, de salários mínimos e meio, mas que na realidade, transformara em polônio referência, valor bem inferior, e que dava muito bem uma idéia de desempenho para com o Magistério Municipal. Indagou também se a partir do momento que começassem a aparecer as propriedades comerciais do ex-Prefeito, se o mesmo teria o mesmo comportamento, empregando sem nenhum critério, e que não haviam se podia avaliar e seu grande conação, pois quando o Prefeito ao empregar indiscriminadamente pagava com o que não era dele, encerrando a seguir sua sala. A seguir, ocupou o tribuna o Senador Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos, iniciando sua fala, procedeu a leitura de cartas-pedemência recebida, com o seguinte teor: Cabo São 29 de março de 1989. Ao Senador Carlos Roberto Vaqueiro dos Santos. Prezado amigo. Em 1992, a América comemorará 500 anos de seu descobrimento. Eu, Sérgio Cabral, cidadão cabofriense não, comemorarei os 500 anos de existência burocrática do projeto de a-

alargamento da Rua Teixeira e Souza. Datado de 1942, o referido Projeto tem sido o nome de sucessivas administrações e o período de alguns poucos cabos eleitorais. Antes de entrar em maiores detalhes, cabe lembrar desde já, que não vou absolutamente, contra a proposta. Apenas desejo questionar as autoridades constituídas deste nosso Município, sobre direitos e deveres, ou sendo, mais diretos: indagar: é democrático impedir a um cidadão o uso pleno e do direito de suas propriedades por longos 49 anos? Sou morador da Rua Teixeira e Souza, nº 904, próximo ao Supermercado Carpi, bairro Vila Nova. Minhas propriedades ficam de lado esquerdo, de quem entra na cidade, estando fatidicamente colocadas no caminho do Projeto que brevemente completará meio século de existência. Já não tem sido as administrações que tentam erumar o projeto. O último e malfadado lance ocorreu em agosto do ano passado, a encerrar 3 meses das últimas eleições municipais, com evidentes propósitos eleitorais. Obteve-se como resultado, um governo zig-zague que evidencia claramente a desconfiança dos cidadãos, bem como a exiguidade de tempo para a execução do projeto. O atual governo também vem com a intenção de alargar a Rua Teixeira e Souza. Não vou contra, nem mesmo mais uma vez. Mas meu amigo Vereador, eu vos pergunto: após 49 anos, não seria justa que a Prefeitura Municipal de Cabo Frio viesse a pública dizer quando serão iniciadas as obras? Ou estaremos, mais uma vez, diante de mais uma tentativa vã? A ditadura se foi, graças a Deus, cremos firmemente nós os homens de bem desta conturbada Vila. Os atuais governantes afirmam-nos, diariamente, que vivemos em um regime democrático. Tenho uma filha de 11 anos. Está cursando a 5ª série. Meu amigo Vereador, se em um de seus trabalhos escolares me perguntar qual o regime do nosso país, o que devo responder? Tenho provas documentais registradas em cartório e pago todos os dias todos os impostos das propriedades. No entanto, não sou pleno proprietário das propriedades há 49 anos. Uma faixa dessas propriedades pertence ao nome das administrações deste Município. É justa? É democrático? Responda, meu bom amigo, que não cite siglas partidárias. Não ataque nem defenda este ou aquele partido. Impetuosamente eu o digo com pesar, a classe política está cada vez mais desacreditada. Então com certeza não é minha, ela

é veiculada diariamente pelos jornais, rádios e emissoras de televisão por este país afora. A vonna classe, hoje tão apedrejada não se enguerá quando o exercício da cidadania for um fato incontestável, respeitando-se integralmente os direitos dos cidadãos. Meu amigo, talvez daqui a 50 anos, monhos metos vejam disso: estejam discutindo este mesmo problema. Quem sabe possamos poupar-lhes desta tela discussãõ. Atenciosamente Sérgio Castanho. Após a leitura disse que o assunto era grave na medida em que as pessoas não tinham direito a propriedade, mesmo após quarenta e sete anos (47), por obra do Prefeito e Secretários, e ainda, que na próxima reunião colocaria para apreciação do Plenário, Requerimento de Informações, dirigido ao Senhor Prefeito, dispondo sobre a situação real dos Projetos de Alargamento da Avenida Viveiros e Souza. Disse que particularmente era favorável, mas que a comunidade tinha que ser ouvida e evidentemente as áreas sendo desapropriadas. Continuando, abordou discurso do Vereador Benildo Neto quanto a falta de professores do 3º Distrito, afirmando que o problema devia-se ao fato de professores serem mal remunerados, o que evidentemente, faz as desperdas e descontos no município ocorrerem ao constantes ausências. Em aparte, disse o Vereador Félix da Costa Gomes, que em sendo assim, os professores ao prestarem concurso, deveriam também descontar as Escolas do 3º Distrito, pois muitos eram designados para Búrgios, aceitavam e depois procuravam remoção para outros locais mais próximos do centro da cidade. Prosseguiu abordou Decreto do Prefeito Ivo Saldanha, obrigando os funcionários com mais de dois anos de administração e menores de cinco, prestarem concurso público, sendo punpreendido com outro Decreto do Prefeito demitindo tais funcionários, o que achava estranho e aguardando pronunciamento do Côder do Governo. Falou também não entender por que professores concursados, aprovados ou não, até mesmo demitidos, estivessem sendo convocados para assinarem contrato de prestação de serviços, indagando o por que do concurso e por que os mesmos haviam sido demitidos, se agora, novamente eram admitidos pela Prefeitura. Em aparte, disse o Côder do Governo, Vereador José Oscar Elias, que o SEPE, que acompanhava o concurso poderia responder. Adiante, disse que a manifestação da sociedade organizada na Câmara, seria possível tão logo Projeto de Lei com tal objetivo fosse aprovado, e que o mesmo estava há longo tempo com o relator, Vereador

dor Aires Benna de Siqueiredo para emitir Parecer. Ainda sobre o voto dos
 Aires Benna de Siqueiredo, lamentou o fato do mesmo fazer apologia de em
 preguismo do Senhor Alain Corrêa, que teve como grave consequência o
 achalamento dos salários do funcionalismo. Disse que como era comentado
 em Cabo Frio, o Governo do Senhor Alain Corrêa, não fora um Governo
 para oentes, e sim para parentes, pois os terrenos do Estado não haviam
 sido dados aos pobres, que continuavam esfaqueando em Jacaré e
 Boca do Mato, e que até mesmo a Associação dos Moradores do Estado
 está protestando contra a ocupação desordenada dos terrenos daquela
 local, quando até praças públicas haviam sido ocupadas com constru-
 ções dos parentes. Disse que ficara entalhecido ao ver procurado por
 parentes do Senhor Alain Corrêa, no sentido de que o estado intercedesse
 para a legalização de seu terreno no Estado, o que considerou profunda-
 mente lamentável. Disse que finalmente parabenizou o Prefeito Ivo Sal-
 danha por ter instalado auditoria para verificação das contas do Senhor
 Alain Corrêa quando Prefeito, e que era um reclamo da comunidade cabofri-
 ense. Ao encerrar sua fala, dirigiu-se ao Senador José Inácio Elias, dizendo
 não considerar ético que Senadores tivessem parentes empregados na Câ-
 mara, principalmente no caso do irmão do Sr. Inácio Elias, em cargo de
 tanta responsabilidade, que era a Assessoria Jurídica, encerrando sua fa-
 la. Não havendo mais emendas imediatas, o Senhor Presidente de imediato,
 transportou os trabalhos ao regimento dedicado à ORDEM DO DIA. Nesta eta-
 pa, foram apreciadas as seguintes matérias: Foram aprovados os Requeri-
 mentos n.ºs 54, 55, 64, 65, 66, 67 e 68/89. Foi encaminhado ao Comitê Técnico
 Permanente, para emitir um Parecer Conjunto ao Projeto de Lei n.º 20/89, con-
 tendo Mensagem Executiva n.º 14/89. Foram aprovadas as Indicações n.ºs
 39, 44/89. Rejeitada a Indicação n.º 41/89. Nada mais havendo a tratar, o
 Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus, marcando
 uma extraordinária para dentro de dez minutos. E, para cumprir, mandou
 que se lavasse esta Ata, que depois de lida, publicada e aprovada pleneária,
 aprovada, porá assinada, para que produza os seus efeitos legais.

[Assinatura]

[Assinatura]